

EDUCAÇÃO

V.10 • N.3 • Publicação Contínua - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p384-402



O CAMPO TEÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

THE THEORETICAL FIELD OF SPECIAL EDUCATION IN BRAZIL

EL CAMPO TEORICO DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN BRASIL

Rosana de Castro Casagrande¹

Jefferson Mainardes²

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar indícios do campo teórico da Educação Especial, no Brasil. Por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória, do tipo análise documental. Utilizou-se como fundamentação teórica as concepções de Pierre Bourdieu. A investigação apresenta três indícios do campo teórico: 1) Bibliografia Pedagógica Nacional; 2) Produções de Revistas de Educação que circularam no Brasil, no período de 1893 a 1967; e 3) Produções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de 1940 a 1960. Os resultados apontam para um campo teórico múltiplo e multidimensional, caracterizado pela inexistência de políticas preocupadas com a participação das pessoas com deficiência, e por produções que destacavam o preconceito, a desigualdade e a exclusão.

PALAVRAS-CHAVE

Campo Acadêmico. Evidências. Educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze evidence of the theoretical field of Special Education in Brazil. The research was developed in a qualitative, exploratory approach, with the use of document analysis. The theoretical background was based on Pierre Bourdieu's concepts. The theoretical field evidence was collected from three sources: 1) National Pedagogical Bibliography; 2) Productions of Education Journals that circulated in Brazil, from 1893 to 1967; and 3) Productions of the Brazilian Journal of Pedagogical Studies (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP), from 1940 to 1960. The results point to a multiple and multidimensional theoretical field, characterized by the inexistence of policies concerned with the participation of people with disabilities, and productions that highlighted prejudice, inequality and exclusion.

KEYWORDS

Academic Field. Evidence. Education.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar evidencias del campo teórico de la Educación Especial, en Brasil. A través de un enfoque de análisis cualitativo, exploratorio y documental, se utilizó los conceptos de Pierre Bourdieu como fundamento teórico. La pesquisa presenta tres indicios del campo teórico: 1) Bibliografía Pedagógica Nacional; 2) Producciones de Periódicos Educativos que circularon en Brasil, de 1893 a 1967; y 3) Producciones de la Revista Brasileña de Estudios Pedagógicos (RBEP), de 1940 a 1960. Los resultados señalan un campo teórico múltiple y multidimensional, caracterizado por la ausencia de políticas preocupadas con la participación de personas con discapacidad, con producciones que acentuaban el prejuicio, la desigualdad y la exclusión.

PALABRAS-CLAVE

campo académico; evidencia; educación.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise do campo teórico da Educação Especial, no Brasil. Argumentamos que este é caracterizado por evidências que antecedem o surgimento desta área, ou seja, trata-se de um momento preparatório, anterior à institucionalização de um campo específico, seja ele acadêmico, universitário e/ou científico.

Stremel (2016, 2017) e Tello (2013) conceituam campo teórico como aquele referente aos estudos, pesquisas e publicações sobre um campo específico, que antecede a institucionalização desse mesmo campo no âmbito acadêmico, propriamente dito. Conceituada como modalidade de ensino, a Educação Especial surgiu na intenção de suprir as necessidades educacionais especiais das pessoas consideradas, historicamente, como “infelizes”, “idiotas”, “anormais”, “retardadas”, “débeis mentais” e, hoje, denominadas “pessoas com deficiência”.

Esta pesquisa decorre de um estudo mais amplo (CASAGRANDE, 2020, 2021; CASAGRANDE; MAINARDES, 2021), no qual argumentamos que a Educação Especial pode ser caracterizada como campo acadêmico, ou seja, o “lócus de práticas sociais distintas, relacionadas basicamente à produção e à circulação dos bens acadêmicos” (HEY, 2008, p. 217). Como problemática, elencamos os seguintes questionamentos: Que elementos podem servir de indícios da existência de um campo teórico da Educação Especial (EE), no Brasil? Quais as características e implicações do campo teórico na/para produção de conhecimento em EE?

Antes da EE ser objeto de pesquisa tratado no âmbito universitário, mais precisamente na década de 1960 (CASAGRANDE, 2020; CASAGRANDE, 2021), o país aderiu à perspectivas internacionais, mescladas a aspectos políticos que evidenciavam, nos textos publicados em revistas da área de Educação que circulavam na época, uma postura preconceituosa e discriminatória em relação às pessoas com deficiência.

Durante esta pesquisa, foi realizado um mapeamento dos indícios do campo teórico da EE, por meio de pesquisa documental, baseada nas seguintes fontes: a) documento “Bibliografia Pedagógica Brasileira”, de 1812 a 1900; b) Textos sobre deficiência publicados em Revistas de Educação que circularam, no Brasil, no período entre 1903 e 1960; e c) Produções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), publicadas no período de 1944 a 1970.

Este texto está organizado em cinco seções: A primeira trata das contribuições sobre o campo teórico da Educação Especial, à luz de Pierre Bourdieu. A segunda apresenta os indícios do campo teórico da Educação Especial, no documento “Bibliografia Pedagógica Brasileira”. A terceira demonstra os indícios do campo teórico da Educação Especial em Revistas nacionais de Educação, que circularam, no país, no período de 1903 a 1960. A quarta seção trata da análise das produções do campo teórico da Educação Especial. A última seção apresenta as produções da RBEP, como indícios do campo teórico da Educação Especial, no período de 1944 a 1970. Na sequência, o texto traz as considerações finais e as referências.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO TEÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À LUZ DE PIERRE BOURDIEU

As contribuições de Bourdieu ganharam projeção no Brasil, especialmente, a partir da década de 1980, mas ainda não é comum o uso de seu referencial teórico nos contextos da Educação Especial.

Nesta pesquisa, utilizamos Bourdieu e seus conceitos de agente, campo, campo científico, *habitus* e capital. Para Bourdieu (2004a), o campo é caracterizado por um espaço de luta, onde os agentes concorrem e competem pela ocupação das posições, cujo objetivo é a apropriação do capital do campo ou a redefinição desse capital específico. O capital é distribuído no campo entre dominantes e dominados, mas de forma desigual, o que determina a estrutura do campo por meio da relação de forças históricas em oposição e confronto neste espaço. Em todos os campos, existe a mesma oposição ou antagonismo entre as interpretações internalistas e externalistas (BOURDIEU, 2004a).

Bourdieu (2003) destacava a existência de diversos campos, como: campo literário, campo artístico, campo jurídico, campo científico, ou seja, “[...] um universo onde estão os agentes e as instituições que produzem ou difundem essas produções culturais, sendo que esse universo é um mundo social, mas que obedece as leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2003, p. 20). Nesse contexto, o autor refina o conceito de campo como sendo “o espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de leis próprias” (BOURDIEU, 2003, p. 20), representado “[...] como espaço estruturado de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 119).

No tocante ao campo teórico da Educação Especial, consideramos que os agentes são responsáveis pela produção, elaboração e publicação de bens acadêmicos relacionados à Educação Especial. Esses agentes participam do campo específico, ou seja, de uma rede onde se desenvolvem relações objetivas e adquirem, pela aprendizagem, um sistema de estratégias que expressam seus interesses. Estes sistemas caracterizam-se como *habitus*, um “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem de modo implícito ou explícito” (BOURDIEU, 2003, p. 125), e que funciona como um sistema de “esquemas geradores de estratégias que podem estar relacionadas com os interesses objetivos de quem o desenvolve, mas sem terem sido necessariamente concebidas com essa finalidade”.

Os agentes do campo teórico da Educação Especial desenvolviam seu *habitus* e suas estratégias de jogo, inclusive, criando regras próprias. Os agentes, que, por serem considerados representativos, possuíam maior flexibilidade e maior mobilidade no campo, objetivando-as por meio de publicações, organização da revista, entre outras atribuições. Dependendo da posição que o agente ocupava no campo, ele desenvolvia estratégias mais elaboradas para atuar no jogo.

De modo prático, verificamos o campo teórico da Educação Especial desenvolvido por meio de disputas, já que todo campo é considerado um espaço de lutas. Os agentes do campo teórico da Educação Especial disputavam, entre si, pelo espaço de publicidade de textos, manifestando suas opiniões, sendo respaldados pelo campo político vigente na época.

Percebemos que, considerando as características específicas do campo teórico, no caso da Educação Especial: a) os agentes políticos e científicos eram responsáveis pela produção e gerenciamen-

to do conhecimento do campo; b) o conhecimento era produzido nas Revistas em Educação e legitimado por agências financiadoras do Estado; c) no campo, estão em jogo os discursos acadêmicos e o discurso simbólico, amparado e legitimado pelo próprio campo; e, d) o campo teórico da Educação Especial foi influenciado sobremaneira pelo campo acadêmico internacional.

3 MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; BOGDAN; BIKLEN, 1994), exploratória e documental (SEVERINO, 2017) e está organizada em três etapas, descritas a seguir:

- a) Análise do documento “Bibliografia Pedagógica Brasileira”, desde 1812 até 1900;
- b) Levantamento de textos alocados no Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, sistematização e análise dos textos publicados em Revistas que circularam, no país, período de 1893 a 1967, que tratavam de temas relacionados a deficiência. Foram considerados termos utilizados na época: “anormal”, “débil mental”, “idiotas”, “surdos”, “cegos”, entre outros. No período, foram encontrados 20 textos circunscritos entre 1903 e 1960.
- c) Análise de produções na RBEP, no período de 1944 a 1970.

Com o objetivo de verificarmos a existência de encaminhamentos políticos sobre as pessoas com deficiência, elencamos o documento “Bibliografia Pedagógica Brasileira”, desde 1812, até 1900.

Das Revistas Nacionais de Educação pesquisadas no período de 1893 a 1967, foram encontrados 20 textos relacionados à deficiência, no período de 1903 a 1960. Apontamos alguns elementos que buscaram reconhecer, nos 20 textos publicados sobre deficiência no Brasil, os discursos que antecederam a institucionalização da pesquisa em Educação Especial, destacando-se seus objetivos: a) reconhecer os temas referentes à pessoa com deficiência, tratados nas revistas; e b) investigar os autores dos textos e sua relação com o campo teórico da Educação Especial; bem como c) elaborar um resumo analítico-crítico.

Das 368 edições da Revista, catalogadas, 308 não continham referências à deficiência em seus sumários. Foram encontradas apenas 20 produções referentes à pessoa com deficiência, publicadas no período de 1903 a 1960, pelos autores, a saber: Puigarri (1903); Poiry (1925); Doria (1927); Rabello (1928); Souza Pinto (1933, 1935a, 1935b, 1935c, 1937, 1954, 1959); Carvalho (1946); Ciulla (1947); Plata (1948); Pourchet (1956); Filho (1957); Costa (1957); Okoniewski (1957); Menucci (1960); e Castiglioni (1960). Foi realizado um resumo crítico dos textos desses autores, a fim de se compreender as temáticas e as concepções presentes nas produções.

A fim de ampliarmos a compreensão acerca das produções sobre Educação Especial no âmbito do campo teórico, foi realizada a busca e análise das produções da RBEP, no período de 1944 a 2018, sendo selecionados 37 textos. Os dados foram organizados e sistematizados conforme ano, volume, número, título, área e autores. Algumas edições da revista estavam indisponíveis *online*, sendo necessário realizar uma pesquisa no material físico, obtido por meio de acervo pessoal.

Após organização dos dados da RBEP, foi feita a leitura dos títulos e, quando necessário, do texto, a fim de identificar correspondência com os temas. Os critérios elencados para seleção das publicações

foi a presença dos termos “excepcional”; “anormal”; “portador de deficiência”; “portador de deficiência física”; “portador de deficiência visual”; “portador de deficiência auditiva”; “inclusão”; “política de deficiência”; e “política de inclusão”. Foi considerado apenas o período de 1944 a 1970, por referir-se ao período que antecedeu a institucionalização do campo acadêmico da Educação Especial, no país.

4 INDÍCIOS DO CAMPO TEÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA BRASILEIRA (1812-1900)

Em relação a aspectos políticos iniciais voltados ao campo teórico da Educação Especial, por meio de busca no documento “Bibliografia Pedagógica Brasileira” (INEP, 1944), realizamos uma análise dos documentos publicados entre 1812 e 1900, e encontramos três referências à “pessoa com deficiência”, relacionados à surdez e cegueira, comprovando o momento inicial de uma ténue atenção política voltada a pessoas com essas deficiências sensoriais: 1) um projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados, na sessão de 18 de agosto de 1873, sobre a organização do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854; 2) no ano de 1881, o documento “Compêndios para o ensino dos surdos-mudos”; e 3) em 1897, o documento “Guia prático para o ensino da leitura aos cegos”. Podemos inferir que o campo político pode anteceder o campo teórico e, este, o campo acadêmico da Educação Especial.

Como bem argumenta Jannuzzi (2004), a educação popular e a educação das pessoas com deficiência obedecem a princípios de interesse do sistema dominante, aqui entendido como Estado, “nome que damos aos princípios ocultos [...] da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica, assim como da violência física e simbólica”, ou seja, “o Estado é uma instituição que reivindica o monopólio da violência física e simbólica legítima no âmbito de um território” (BOURDIEU, 2014, p. 39).

É o que se pode observar no documento intitulado “Constituição Política no Império do Brasil”, de 24 de março de 1824, mesmo com a promessa política de uma “instrução primária e gratuita a todos”, “a sociedade brasileira se protegia juridicamente do adulto deficiente (título II, artigo 8º, item 1º)” (JANNUZZI, 1985, p. 21). A própria Constituição restringia o acesso ao direito político das pessoas com deficiência física e “moral”, o que se configura como violência simbólica. Mauger (2017, p. 360), ao citar Bourdieu, afirma que violência simbólica “é uma violência oculta, que opera prioritariamente na e pela linguagem, e mais geralmente, na e pela representação, pressupondo o irreconhecimento da violência a engendrou [...]”.

5 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO CAMPO TEÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O texto mais remoto encontrado foi de autoria de Romão Puiggari, no ano de 1903, denominado “Cegos e Surdos Mudos”, publicado na Revista do Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. Uma revista subsidiada pelo governo, da qual o autor era “Redactor-secretário”.

Apresentado como “Nota de Viagem”, o texto trata de forma narrativa de uma viagem a Barcelona, em visita a uma escola para cegos e surdos-mudos, os quais denominou “infelizes”. Na ocasião, foi apresentado a métodos e técnicas de ensino pelo diretor Francisco de Assis Valls y Tronquillo e destacou como extraordinário o “método de pronúncia dos vocábulos pela imitação dos lábios do professor”.

O texto “O Estudo Experimental da Criança”, traduzido por J. Poiry, em 1925, sem identificar o autor, trata da “*Sciencia da infância*”, apontando para a necessidade de substituição das verdades tradicionais. Cita dois autores, Binet e Henri, que desenvolveram estudos experimentais com crianças por meio do uso de métodos rigorosos, nos quais pretendiam estabelecer as chamadas leis da “*fadiga intelectual*”. O texto enfatizava que o estudo experimental proposto referia-se tanto à criança retardatária em sua evolução, como à criança normal. Ao final, estabelecia conceito de normal e anormal e o objetivo da Educação Especial:

Deve-se considerar com normal todo sêr que póde adaptar-se às condições normaes da vida commum, e anormaes aquelles que não puderam adaptar-se a essas mesmas condições. A educação especial deve ter por objetivo fazê-las passar à categoria de crianças normaes. (POIRY, 1925, p. 24, grifo do autor).

Destacamos ainda nesse texto: a) a busca por estabelecer métodos empíricos na pesquisa sobre a criança “anormal” e métodos de ensino; b) a perspectiva empírica de pesquisa; c) a circulação de perspectivas teóricas desenvolvidas em outros países, e no Brasil aceitas como corretas e indiscutíveis; c) a proposta de homogeneização da pessoa com deficiência. Fica evidente, nos dois textos analisados, a influência internacional nas concepções iniciais sobre a deficiência e seus encaminhamentos no Brasil.

O autor Antonio de Sampaio Doria, publicou na Revista Educação, em 1927, o texto intitulado “Finalidade Educativa: normalidade e anormalidade”. Nele, debateu a finalidade da educação, considerando suas peculiaridades e afirmou que cada um (país e educadores) educa à sua maneira,³ “*cada cabeça, cada sentença*”. Tratou os termos “normalidade” e “superioridade”, e sobre a normalidade, apontou a sinonimização com a média e questionou: “[...] onde a prova da identidade entre a media das maiorias e normalidade? Onde a segurança de que não sejam normaes precisamente os da minoria?” (DORIA, 1927, p. 5-6).

Interessante destacar o que Doria (1927, p. 12) considerava, no texto, como o ideal educativo: “*o primeiro dever é não anormalizar os educandos, isto é, não os prejudicar*”. O segundo dever seria “*beneficial-os, isto é, normalizar e superiorizar, corrigindo as imperfeições, e ampliando as normalidades que os educandos tiverem*”. No texto, o autor usa pela primeira vez o que considerava “*desdobramento da finalidade*”, ou seja, uma Educação ao alcance de todos, se “*desdobrarmos no maior número possível de propósitos inconfundíveis*”. Um texto que se destaca pelo viés mais crítico em relação às concepções de normalidade e anormalidade e que aponta para uma educação voltada para todos, embora estabeleça um roteiro de educação que combina com a perspectiva tradicional de ensino da época.

³ Optamos destacar as citações, conforme gramática da época, em Itálico.

Em 1928, foi publicado, na Revista Educação, o texto “*Problemas dos Supernormaes*”, escrito por Sylvio Rabello. Chama atenção a denominação dada na época, “*supernormaes*”, aos que se denominam hoje de pessoas com Altas habilidades/Superdotação (BRASIL, 2011, p.3). “[...] *É preciso amparar os escolares de aptidões privilegiadas. As escolas para os supernormais vieram preencher um vazio que as exigências da vida não suportavam*” (RABELLO, 1928, p. 8).

A partir da consideração da criança como centro de gravidade da escola, Rabello (1928) afirmava ser impossível “*enfeixar todas as crianças no molde invariável da escola empírica. Elas não são adaptáveis às normas preestabelecidas [...].* Esse autor citou pesquisas acerca dos “*supernormaes*” e da necessidade de escolas próprias, a exemplo das existentes na Alemanha, Suíça, França, Áustria, Suécia e Bélgica, que proporcionavam adiantamento na escolaridade. De modo a considerar a utilidade da educação aos “*supernormaes*”, afirmava: “*é preciso que nos habituemos a crêr que não é na cinzenta mediana dos cidadãos que se encontra os elementos de valor*” (RABELLO, 1928, p. 4).

Continuou afirmando, num gesto de defesa da segregação dos “*anormaes*” e “*supernormaes*”, que “*para a regular organização das escolas comuns é uma vantagem palpável segregar-se o elemento perturbador, constituído pelos anormaes*” (RABELLO, 1928, p. 5). Concordando com outros autores estrangeiros, afirmou que “*nas escolas ordinárias, os anormaes são peso morto, consomem o tempo e quebram a integridade do regime escolar*”. É “[...] *preciso o afastamento dos anormaes, educá-los tanto quanto as suas possibilidades mentaes o permitirem, em estabelecimentos construídos em condições especialíssimas*” (RABELLO, 1928, p. 7).

Possivelmente, o texto de Rabello (1928) tenha sido uma das primeiras iniciativas pela institucionalização das pessoas com deficiência em espaços especializados, juntamente com a circulação das ideias de Souza Pinto, pautados numa concepção de “normalidade” e “anormalidade” advinda da Biologia, Medicina e Psicologia.

As décadas de 1930 e 1940 representam um período de mudanças no panorama da educação nacional. Um dos autores que mais publicou, nesse período, foi Souza Pinto, com oito dos 20 textos publicados nessa época: a) “O Ensino dos anormais” (1933); b) “A educação dos anormais” (1935a); c) “Os anormais escolares” (1935b); d) “A educação dos anormais e dos débeis mentais”⁴ (1935c); e) “Evolução histórica da educação dos anormais” (1937); f) “Educação de crianças anormais” (1950); g) “Infância retardatária escolar” (1954); e h) “O ensino para débeis mentais” (1959). Organizamos um resumo de algumas características teóricas do autor, referidas nos textos:

- Uso recorrente dos termos “anormal”, “crianças retardatárias”, “débeis mentais”;
- Defesa da ineficiência de “normais” e “anormais” manterem-se num mesmo espaço de aprendizagem;
- Concepções com influência de autores estrangeiros da área de Psicologia, Pedagogia e Medicina;
- Defesa da existência de classes diferenciadas ou especiais;
- Classificação “psico-pedagógica” na investigação das causas do retardamento das crianças “anormais”;
- Concepção de que as causas do retardamento são múltiplas. Formas puras de retardamento são exceção;

4 O mesmo texto foi publicado no ano de 1935 em duas Revistas: Revista do Professor e Revista de Educação.

- Indicação de que a solução dos problemas das “crianças retardatárias” seria a abertura de classes diferenciais para os “retardados”;
- Defesa de que as crianças “anormais” tinham necessidade de receber uma Educação Especial, sob influência de métodos médico-clínicos, além de serem dignas dos mesmos direitos que as demais crianças gozavam, pois seus pais pagam os mesmos impostos ao país e são patriotas; entre outras.

Souza Pinto possuía, além dos textos elencados, outros que foram fonte de pesquisa sobre sua proposta educacional (ROCHA, 2010; PETTIROSSI; LOMBARDI, s/d). Seus textos influenciaram na concepção de educação especializada, a qual julgava ser obrigação do governo. Para ele, o governo deveria assumir a responsabilidade sobre a educação especializada das crianças “anormais” (ROCHA, 2010).

Até o ano de 1935, não houve um ensino eficiente para as pessoas com deficiências, sendo as denominações e classificações contraditórias e também imprecisas, as quais capturavam e incorporavam as determinações do cenário social dos momentos históricos que estavam em curso. Havia várias classificações para a deficiência mental, as quais englobavam os comportamentos divergentes das normas estabelecidas socialmente, que eram veiculadas nos espaços escolares, influenciadas pelos padrões internacionais, em especial, França, Europa e Estados Unidos (JANNUZZI, 2012).

O texto de Irene da Silva Melo Carvalho, intitulado “A sala ambiente de história na escola secundária para cegos”, descreve o ensino de história para cegos, sobre a premissa que “O ensino de grau médio, quando ministrado a cegos, deve visar ainda mais o desenvolvimento pessoal e a integração social do que aquele que se destina aos normais da visão [...]”. (CARVALHO, 1946, p. 56).

Sobre Carvalho, Clarino (2017, p. 88) explica que, além de se apropriar de modelos internacionais, a autora criou um conjunto de documentos de aplicação na realidade nacional, “construindo vestígios históricos para enaltecer sua proposta e glorificar a instituição educacional da qual fazia parte”. A reprodução e adaptação de modelos de ensino internacionais, baseados no método da experimentação, a fim de promover melhorias no ensino nesse período, foram práticas comuns no Brasil, especificamente a partir do final da década de 1940 até o final da década de 1980.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publicou, no ano de 1947, um texto intitulado “Menores anormais do caráter”, de autoria de Luiz Pinto Ciulla. Nele, conceitua o termo “normal”, como sendo [...] tudo o que obedece a um determinado padrão, que tomamos como medida. (CIULLA, 1947, p. 187). O autor fez considerações sobre a anormalidade, tendo como referências autores estrangeiros que defendiam que as crianças com deficiência não podiam frequentar as escolas ordinárias.

Dentre as razões, estava o fato de atrapalharem os alunos normais e que essas crianças não teriam capacidade de aprender como os demais. Entre outros assuntos, abordou temperamento e caráter; vida afetiva da criança; reações afetivas da criança; a criança e o meio; tipos clínicos; anormais pedagógicos; hiperativos; histeria; esquizóides; instáveis; explosivos e epiléticos afetivos; paranóides; epiléticos; encefalíticos; e antissociais. Sob as perspectivas biológica, psicológica e médica, o autor foi um exímio defensor de locais especializados para atendimento das crianças “anormais” (CIULLA, 1947).

A partir de 1948, aparecem textos cuja abordagem empírico-analítica se evidencia, como do autor José Plata, que escreveu para a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no ano de 1948, um texto com o

título “A capacidade dos cegos para a síntese imaginativa espacial”. Tratou-se de uma pesquisa empírica, realizada por meio de duas experiências, envolvendo mil e quinhentos indivíduos cegos e videntes.

O objetivo foi comprovar a capacidade dos cegos para a tese mental de imagens de formas espaciais, adquiridas pelo tato, em comparação com a dos não cegos, para as imagens adquiridas pela visão: “Tal capacidade é estimável em uns e em outros, porque é básica no desenvolvimento das diversas atividades individuais e sociais nas suas relações com o mundo físico” (PLATA, 1948, p. 172). Nota-se uma maior sistematização dos textos, que passam a apresentar um caráter técnico-científico, com uso de dados estatísticos.

Em 1954, foram publicados dois textos na Revista do Professor, de autoria do professor Alberto de Giúdice e Norberto de Souza Pinto, intitulados “Problemas escolares” e “A infância retardatária escolar”. No primeiro texto, o autor trata dos “débeis mentais e dos retardados pedagógicos”, alegando a “tendência quase que geral entre os docentes primários considerar débil todo aluno que apresenta dificuldades de uma ou outra disciplina” (GIÚDICE, 1948, p. 12).

Interessante destacar que esse autor considerava que a escola “patologizava” o aluno, enquanto culpabilizava os pais e os professores. Giúdice afirmava a responsabilidade da escola em assumir suas limitações de conhecimento e a necessidade de acolhimento às crianças com dificuldades/deficiências: “Ainda há ‘educadores’ que consideram ‘tarado’ o aluno que furta; ‘demônio’ a criança turbulenta; ‘degenerada’ a criança que apresenta problemas de ordem sexual. Por outro lado, o aluno tímido, é apontado como protótipo do bom escolar” (GIÚDICE, 1948, p. 12). Afirmava que, tanto um, quanto o outro aluno, mereciam e precisavam de tratamento. Para os “retardados mentais”, o autor recomendava tratamento especializado dos “mestres”.

Nota-se, no texto de Giúdice, a preocupação com a situação dos alunos classificados como “débeis”, por apresentarem dificuldades de aprendizagem. Enfatizava que, ao considerar a presença das pessoas com deficiência na escola, imputa-se a ela o fracasso no atendimento, para o qual sugeria atendimento especializado, a fim de suprir essa necessidade. Outro ponto a ser considerado em seu texto é a responsabilização da escola, e não do aluno, pela sua dificuldade, o que se considera um avanço em termos de perspectiva, tendo em vista a época analisada.

O texto “A Infância Retardatária” de Souza Pinto (1954), constitui-se em uma referência em defesa da responsabilização da escola no acolhimento e atendimento às crianças não adaptadas. O autor questionava: “A escola deve abandonar as crianças que não se adaptam à escola comum, encaminhando-as amanhã para um hospital, um manicômio ou a um cárcere?” (SOUZA PINTO, 1954, p. 31). Defendia que a educação dos “anormais” era muito mais importante, uma vez que “é maior a necessidade de suprir, mediante uma assistência adequada, as deficiências que em parte derivam da natureza e em parte da negligência do ambiente doméstico e social” (SOUZA PINTO, 1954, p. 31). Para o citado autor, os filhos do povo deveriam receber educação, indistintamente, sendo seu direito e dever da sociedade.

Eunice Pourchet escreveu o texto “Formação do professor para classe especial”, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, do ano de 1956. Nele, a autora especifica o estudo experimental realizado no Instituto Educacional do Distrito Federal. Discute o objetivo da Educação Especial e a necessidade de uma sistematização para a formação de professores para atuação em classes especiais, especificando os elementos constituintes num currículo com essa finalidade.

“Crianças bem-dotadas” é título de um dos dois textos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no ano de 1957. Nele, o autor José S. Rocha Filho fez considerações sobre a idade mental e a idade cronológica para, posteriormente, definir oligofrenia. Expôs também sua opinião sobre o atendimento às crianças “infranormais”, destacando a necessidade de receberem mais atenção do que a educação dos “normais” ou “supradotados” ou “bem dotados”. Argumenta que diversos profissionais vêm buscando, sem sucesso e eficácia, a educação dos “anormais”, em detrimento da educação dos normais e bem dotados, que, segundo ele, têm facilidade para aprender, mas, por ser por demais fácil o que é proposto, ficam preguiçosos e fadigados.

Da palestra pronunciada no Congresso Brasileiro de Educação, foi elaborado um texto, então publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, também no ano de 1957. Escrito por Maria Irene Leite da Costa, “A seleção de alunos para as classes especiais” trata da seleção de alunos para as classes especiais. Criado em 1900, esse sistema consistiu em intercalar uma série entre as de crianças normais e das classes especiais: a das classes fracas ou de desenvolvimento. O critério de divisão utilizado era o Q.I., ou Quociente de Inteligência e a justificativa para a sugestão da seleção para classes especiais era que “A criação das classes especiais para atrasados não resolveu o problema das crianças. Havia ainda crianças que, sem serem atrasadas mentais, devido a outras causas, não tinham rendimento escolar” (COSTA, 1957, p. 219).

No ano de 1960, Sud Menucci escreveu um texto cujo título pertence ao livro de Souza Pinto “A infância retardatária: ‘revivendo um Rodapé de O Estado de São Paulo’”. Nesse texto, o autor chamou atenção para a falta de recenseamento da população de “crianças anormais”, enfatizando que “*nunca se traçou mesmo uma divisão entre os diversos ramos e espécies e categorias e famílias dêesses perturbados*”. (MENUCCI, 1960, p. 13). Também causava revolta o fato de as pessoas, que ele tratava de “*infelizes sêres postos à margem*”, não contribuírem com impostos, pois, para ele, a maioria era educável e, portanto, produtiva.

Do mesmo ano, 1960, o último texto encontrado foi de Lucilla Barros Castiglioni, com o título “O problema da anormalidade na escola primária”. Nele, a autora referiu ser o problema bem maior do que parece. Sugere classificações e conceitos para as crianças anormais:

1º. Normais: crianças, físico, moral e intelectualmente sadias, o que não constitui problema. 2º. Anormais: a) Defeito físico, puramente externo, sem afetar a inteligência, mas podendo acarretar à inteligência, mas podendo acarretar à criança complexos de inferioridade, dificultando o seu aprendizado e o seu comportamento. b) aparentemente normais, de constituição fraca, sistema nervoso deprimido ou exaltado, instável, emocional ou apática, crianças muitas vezes vítimas indefesas do ambiente familiar precário ou desajustado. c) Anormais: 1) – físicos, como a cegueira e a surdez – 2). Mentais: taras, conseqüência hereditária de sífilíticos, alcoólatras, loucos etc. São crianças de sistema nervoso abalado congenitamente. (CASTIGLIONI, 1960, p. 39).

Depois de classificar e conceituar as crianças, Castiglioni (1960) questiona: Como ensinar, por meio de uma mesma norma, mentalidades tão desiguais? A autora sugere que seja feita uma seleção

desde o jardim de infância, por meio de testes psicológicos, a fim de formar classes separadas, progressivamente (A, B, C, D), nas turmas seguintes, de modo que tornasse o indivíduo, aparentemente normal, um cidadão útil a si e a coletividade.

Pudemos concluir, com a análise dos textos produzidos no período de 1903 a 1960, que:

- a) Dois dos 20 textos eram traduções de línguas estrangeiras;
- b) Oito textos continham as palavras “anormaes” ou “anormalidade” em seus títulos;
- c) Os textos foram escritos por autores brasileiros que ocupavam espaço de destaque social; por estrangeiros que moravam no Brasil e por figuras “ilustres”, influentes da política, que ocupavam importantes cargos vinculados à educação;
- d) Um texto foi escrito por um autor pertencente ao corpo editorial da revista;
- e) Os textos foram elaborados tendo como pano de fundo o cenário político, econômico, religioso e educacional da época;
- f) As revistas de educação eram veículos que serviam para propagação das ideias do sistema político vigente.

A análise crítica dos textos mostrou que as contradições, os discursos pró e contra a exclusão, estavam presentes e tinham em comum o tratamento preconceituoso, presente na denominação de “anormais” e “débeis mentais”, demarcando uma posição de inferioridade à pessoa com deficiência. Nota-se a influência dos países europeus e norte-americanos na trajetória histórica das pessoas com deficiência e da Educação Especial no Brasil, configurando-a como um campo complexo.

Os textos escritos e publicizados nas revistas refletem o contexto histórico de atendimento educacional da pessoa com deficiência, e comprovam os modelos, perspectivas e paradigmas voltados à Educação Especial, pesquisados pelos autores Jannuzzi (1992; 2012), Mendes (2010) e Mazzotta (2011). Daí a importância de considerá-los no contexto histórico-político e como componentes relevantes do campo teórico, científico, universitário e acadêmico da Educação Especial, no Brasil.

Em suma, podemos apontar dois tipos de textos no período analisado:

1. Textos de expressão de ideais políticos e particulares;
2. Textos de expressão científica de abordagem empírico-analítica.

Os textos não possuem uma linha de tempo contínua e de percepção generalista, mas se alternam entre: repudiar e defender as pessoas com deficiência; indicar tratamento especializado com finalidade segregacionista e a indicação de mecanismos de acolhimento; e entre culpabilizar a pessoa com deficiência por colocar em risco a aprendizagem dos “normais” e responsabilizar a família e ou o governo.

O campo teórico da Educação Especial no Brasil caracteriza-se por seu aspecto múltiplo e multi-dimensional, o que anuncia a complexidade do estabelecimento de um campo acadêmico que surge rodeado e atravessado por campos de maior influência, como os campos político e econômico. Consideramos o contexto das pesquisas do campo teórico uma demarcação que antecedeu, influenciou e forneceu conteúdo de análise para o campo acadêmico da Educação Especial, no Brasil (CASAGRANDE, 2020, 2021).

6 A REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS E O CAMPO TEÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, fundada no ano de 1944, constitui um veículo de produção e publicação de conhecimento importante, tendo sido uma das pioneiras no campo da Educação no Brasil e utilizada como fonte para realização de levantamentos nas mais variadas áreas, e, por isso, consideramos elemento fundamental na constituição do campo acadêmico da Educação Especial no Brasil, tendo em vista que os periódicos especializados no campo surgiram somente a partir da década de 1990.

A produção e o acesso às publicações da RBEP pelos agentes do campo acadêmico influenciaram e influenciam diretamente na constituição do *habitus* do campo acadêmico da Educação Especial. Sob a tutela do Inep, criado em 1937, e considerada publicação oficial do MEC, a partir de 1944, a RBEP surgiu, originalmente, com a intenção de divulgar as pesquisas nas áreas de biologia, psicologia e sociologia educacional, todavia, transformou-se, posteriormente, num símbolo da divulgação científica, abrangendo pesquisas de diversos âmbitos e áreas.

Saviani (2012) fez uma análise histórica do Inep e sua relação com a RBEP, verificando que o primeiro número foi lançado no dia 1 de julho de 1944, pelo ministro Gustavo Capanema, constituindo-se a revista como porta-voz do Inep-MEC.

As produções sobre Educação Especial, do período entre 1944 e 1970, publicadas na RBEP, evidenciaram as condições histórico-políticas da Educação Especial, apontadas por Mendes (2010), Mazzotta (2011) e Jannuzzi (2012). A partir de 1986, as produções sobre essa temática ganham **status** acadêmico, com publicação de textos cujos autores eram pesquisadores representativos do campo.

Em relação à autoria das produções sobre Educação Especial na década de 1940, na RBEP, podemos perceber: a) a presença de professores(as) como autores(as) dos textos, mesmo sem conhecimento específico voltado à pessoa com deficiência; b) publicações de textos traduzidos de autoria estrangeira; c) uso recorrente dos termos “anormais”; e d) predominância no tratamento de temas voltados à vertente médico-pedagógica.

As produções da RBEP referentes à Educação Especial, publicados na década de 1950, apontavam para:

- a) Discussões acerca do problema da anormalidade;
- b) Prevalência de produções sobre o tema “deficiência mental”;
- c) Produções voltadas ao aspecto educacional, com temas voltados ao aspecto didático-metodológico;
- d) Destaque à compreensão da formação de professores como importante para atendimento e ensino;
- e) Destaque para a produção referente aos modelos estrangeiros de ensino;
- f) Uso dos termos “anormal” e “excepcionais” de forma recorrente;
- g) Exposição de textos científicos produzidos pela intelectual Helena Montessori, responsável pela divulgação da Educação Especial e de métodos de ensino específicos voltados às pessoas com deficiência.

Não aparecem, na RBEP, produções na década de 1960, embora tenha sido um período importante para a Educação Especial, com a promulgação da LDBN (BRASIL, 1961). Na década de 1970, mais especificamente em 1972, foi publicada uma edição completa da revista (n. 127, v. 58), com temas voltados à Educação Especial. Nota-se, novamente, a presença da perspectiva médica, aliada ao atendimento especializado, com fortes referências à Medicina, Psicologia e Psicopedagogia, apontando a vertente psicopedagógica (JANNUZZI, 2012). Destaca-se também a preocupação com a formação de profissionais e atendimento especializado voltado aos “supernormais” ou “bem-dotados”. Nessa edição da revista, surgiu uma discussão voltada aos aspectos do direito dos deficientes, evidenciando-se temas sobre política de Educação Especial. Esse período foi determinante para a Educação Especial, no tocante à ampliação de leis, ao surgimento de curso de graduação e Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, na UFSCar.

Os textos analisados caracterizaram-se como campo teórico, no sentido de “homologado ao campo acadêmico [...], enquanto a partir desse campo é produzido conhecimento (pesquisa), [...] circulação de conhecimento [...] e uso ou aplicação desse conhecimento” (TELLO, 2013, p. 66), ou seja, os conhecimentos anteriores ao estabelecimento do campo acadêmico são responsáveis pela circulação do conhecimento, o que conduzirá e influenciará na dinâmica teórico-prática, determinando o modo como serão aplicados no contexto.

Com base na proposição de análise do campo teórico de Tello (2013), podemos afirmar que esse campo da Educação Especial pode ser caracterizado como múltiplo e multidimensional. Os textos referentes à pessoa com deficiência e à Educação Especial refletem o entrelaçamento dos campos político, econômico, religioso e educacional do País, envolvidos com as perspectivas pessoais dos autores, que Tello (2013, p. 13) denomina de “posição epistemológica do pesquisador”. Como “modo de nomeação do campo teórico”, entendemos que o uso dos termos “anormal” e “anormalidade” refletem uma perspectiva histórica que levava em conta a falta de ajustamento da pessoa com deficiência na sociedade, também pautada por valores econômicos, políticos, culturais e religiosos, que identificavam o “normal” como superior e o “anormal” como inferior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar uma análise do campo teórico da Educação Especial, no Brasil. Elencamos como problemática os questionamentos referentes a elementos que poderiam servir de evidência da existência de um campo teórico da EE, no Brasil. Estes elementos são produções que circulavam, no país, no período de 1812 a 1970: a) o documento “Bibliografia Pedagógica Brasileira”, de 1812 a 1900; b) textos sobre deficiência publicados em Revistas de Educação que circularam, no Brasil, no período de 1903 a 1960; e c) produções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), publicadas no período de 1944 a 1970.

Em relação às características e implicações do campo teórico na/para produção de conhecimento em EE, destacamos que a análise das referidas produções caracterizou o campo teórico como múlti-

plo e multidimensional. Múltiplo no sentido de possuir vários agentes, ora com perspectivas semelhantes e ora com perspectivas antagônicas, e multidimensional, no tocante às relações políticas, sociais e educacionais estabelecidas.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Questões da sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 7.480** de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores [...]. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. [Declaração (1990)]. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 2 fev. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990 (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Lei nº 4.024** de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CARVALHO, I. S.M. A sala ambiente de história na escola secundária para cegos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. VII, n. 19, jan. 1946.

CASAGRANDE, R. C. **O campo acadêmico da educação especial no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2020. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3169/1/Rosana%20de%20Castro%20Casagrande.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

CASAGRANDE, R. C. A Educação Especial como campo acadêmico no Brasil: fontes de pesquisa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, n. 16, p. 1-29, 2021.

CASAGRANDE, R. C.; MAINARDES, J. O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil., **Revista Brasileira de Educação Especial**, n. 27, p. 1-20, 2021.

CASTIGLIONI, L. B. O problema da anormalidade na escola primária. **Revista de Professor**, n. 59, São Paulo, nov. 1960.

CIULLA, L. Menores anormais do caráter. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. XII, n. 34, set./dez. 1948.

CLARINO, J.M.S. **As contribuições de Irene Mello Carvalho para o processo de renovação do ensino secundário (1950 –1956)**: a experiência do Colégio Nova Friburgo (CNF) /RJ. 2017. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

COSTA, M. I. L. A seleção de alunos para as classes especiais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. XXVIII, n. 68, p. 217-224, out./dez, 1957.

DORIA, A. S. A finalidade educativa: normalidade e anormalidade. **Revista Educação**, São Paulo, n. 1, v. 1, out. 1927.

FILHO, J. S. R. Crianças bem dotadas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. XXVIII, n. 68, p. 217-224, out./dez, 1957.

GIÚDICE, A. Problemas escolares. **Revista do Professor**, n. 20, São Paulo, maio, 1954.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do Campo acadêmico**: a educação superior no Brasil. São Carlos: EduFSCar, 2008.

INEP. Bibliografia brasileira de educação: ano de 1944. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 263-274, maio 1944.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

JANNUZZI, G. S. M. Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões. **Revista GIS**, Rio de Janeiro, p. 30-36, out. 2004.

JANNUZZI, G. S. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

JANNUZZI, G. S. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAUGER, G. Violência simbólica. *In*: CATANI, A. M. *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E. G. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Antioquia, v. 22, n. 57, maio/ago. 2010.

MENUCCI, S. A infância retardatária. **Revista do Professor**, São Paulo, n. 51, fev. 1960.

OKONIEWSKI, H. A. Educação de débeis mentais. **Revista do Professor**, n. 34, São Paulo, set./dez, 1957.

PETTIROSSI, A; LOMBARDI, J.C. Levantamento e catalogação das fontes para o estudo histórico da educação brasileira existentes na região de Campinas: prof. Norberto Souza Pinto: um estudo histórico biográfico. Simpósio Nacional (HISTEDBR), 4. **Anais [...]**, São Paulo, s/d.

PLATA, J. A capacidade dos cegos para a síntese imaginativa espacial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. X, n. 27, mar./abr. 1948.

POURCHET, E. Formação de professores para o ensino em classe especial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, São Paulo, v. XXVI, n. 64, out./dez. 1956.

POIRY, J. O estudo experimental da criança, **Revista Escolar**, v. 1, n. 1, 1925.

PUIGARI, R. Cegos e surdos mudos. **Revista de Ensino**, São Paulo, Anno I, n. 6, fev. 1903.

RABELLO, S. Problemas dos supernormaes. **Revista Educação**, n. 1, v. 1, out. 1928.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ROCHA, R. S. **A relação entre a educação e a anormalidade**: um estudo da obra de Norberto de Souza Pinto. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAVIANI, D. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 234, p. 291-322, maio/ago. 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA PINTO, N. O ensino para débeis mentais. **Revista do professor**, São Paulo, n. 44, mar. 1959.

SOUZA PINTO, N. Infância retardatária escolar. **Revista do Professor**, São Paulo, n. 20, maio 1954.

SOUZA PINTO, N. Educação de crianças anormaes. **Revista do Professor**, São Paulo, n. 4, maio 1950.

SOUZA PINTO, N. Evolução histórica da educação dos anormaes (incompleto). **Revista de Educação**, São Paulo, Ano IV, n. 19, maio 1937.

SOUZA PINTO, N. A educação dos anormaes. **Revista do Professor**, São Paulo, Ano II, n. 10, mar./abr. 1935a.

SOUZA PINTO, N. Os anormaes escolares. **Revista do Professor**, São Paulo, jul. 1935b.

SOUZA PINTO, N. A educação dos anormaes e dos débeis mentais. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 11/12, n. 11/12, set./dez. 1935c.

SOUZA PINTO, N. O ensino dos anormaes. **Revista de Educação**, São Paulo, v. III, n. 3, set. 1933.

STREMEL, S. **A constituição do Campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do Campo acadêmico da política educacional no Brasil. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-14, 2017.

TELLO, C. G. El Campo teórico de la política educacional: modelos, abordajes y objetos de estudio. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 7. n. 14, p. 62-75, 2013.

Recebido em: 11 de Agosto de 2021

Avaliado em: 8 de Outubro de 2022

Aceito em: 3 de Novembro de 2022



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Professora do Departamento de Pedagogia, Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Mestrado e Doutorado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Graduação em Biologia e Fonoaudiologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8341-6199>

2 Professor do Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Doutorado pelo Institute of Education/University of London, IOE/UL, Inglaterra. Pós-doutorado pelo Institute of Education, UCL/IOE, Grã-Bretanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8341-6199>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

